

CARTA DE APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Finamax S/A – Crédito, Financiamento e Investimento, em atendimento ao disposto na Resolução BCB nº 2 de 12 de agosto de 2020, apresenta as Demonstrações Contábeis referente ao semestre e exercício findos em 30 de junho de 2026.

Os documentos abaixo compõem a referida Demonstração;

- Relatório da Administração;
- Balanço Patrimonial;
- Demonstrações de Resultados – DRE;
- Demonstrações de Resultados Abrangentes – DRA;
- Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido – DMPL;
- Demonstrações dos Fluxos de Caixa;
- Notas Explicativas;
- Relatório dos Auditores Independentes;

Informamos que as demonstrações contábeis, foram publicadas em nosso site institucional www.finamax.com.br, bem como enviadas ao Banco Central do Brasil para fins de divulgação no Repositório de Balanço;

Declaração de Responsabilidade da Administração

Reconhecemos nossa responsabilidade pela publicação das demonstrações financeiras e demais documentos contidos neste arquivo.

Cumprimos com nossa responsabilidade pela elaboração das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições financeiras em conformidade com a regulamentação emanada do Conselho Monetário Nacional e do Banco Central do Brasil.

Márcio Pizzolato
Diretor Vice-Presidente

Viviane Graciela Jarra Girardo
Diretora Presidente

Gabriela Giseli da Silva
Contadora | CRC nº 1SP341186/O-1

**FINAMAX S.A. - CRÉDITO, FINANCIAMENTO E
INVESTIMENTO**

Relatório do auditor independente

**Demonstrações financeiras
Em 30 de junho de 2026**

FINAMAX S.A. - CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO

Demonstrações financeiras
Em 30 de junho de 2026

Conteúdo

Relatório da Administração

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Balanços patrimoniais

Demonstrações do resultado

Demonstrações do resultado abrangente

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto

Notas explicativas às demonstrações financeiras

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas:

Cumprindo as disposições legais e estatutárias submetemos a apreciação de V.Sas., as demonstrações financeiras referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2026, juntamente com o relatório do auditor independente, sem modificações, emitido pela **“BDO RCS Auditores Independentes SS Ltda”**.

No primeiro semestre de 2026 a sociedade registrou prejuízo de 1.236, correspondendo a R\$ 0,29 por ação. O patrimônio líquido alcançou o montante de R\$ 35.934 e os Ativos totalizaram R\$ 248.498.

O estudo técnico elaborado demonstra a capacidade da Sociedade em gerar lucros tributáveis suficientes para compensar os créditos tributários existentes. O estudo do crédito tributário contempla as melhores estimativas da Administração, utilizando premissas internas e externas avaliadas na data da determinação dos fluxos de caixa e expectativas de rentabilidade futura, que podem sofrer alterações e culminar em diferentes resultados. A Administração irá manter o acompanhamento tempestivo e tomar as ações necessárias para que as estimativas ora realizadas sejam atingidas e os resultados esperados realizados.

Jundiaí - SP, 17 de setembro de 2026

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos
Acionistas e Administradores da
Finamax S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da **Finamax S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento** (“**Sociedade**”), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2026 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Finamax S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento** em 30 de junho de 2026, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as Normas Brasileiras e Internacionais de Auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Sociedade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Administração da Sociedade é responsável por essas outras informações que compreendem o “Relatório da Administração”.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrangem o “Relatório da Administração” e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o “Relatório da Administração” e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de maneira relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de maneira relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no “Relatório da Administração”, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Sociedade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as Normas Brasileiras e Internacionais de Auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as Normas Brasileiras e Internacionais de Auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sociedade;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Sociedade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Sociedade a não mais se manter em continuidade operacional; e
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

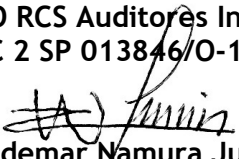


Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 17 de setembro de 2026.



BDO RCS Auditores Independentes SS Ltda.
CRC 2 SP 013846/O-1


Waldemar Namura Junior
Contador CRC 1 SP 154938/O-0

ATIVO	Nota explicativa	30.06.2026	31.12.2025
CIRCULANTE		174.730	202.228
Caixa e equivalentes de caixa	3.d	1.051	596
Instrumentos financeiros		155.557	183.549
Títulos e valores mobiliários	4	80.287	93.645
Cotas de Fundos de Investimentos		54	127
Letras Financeiras do Tesouro		80.119	93.401
Títulos Dados em Garantia - Outros		114	117
Operações de crédito		75.270	89.904
Operações de crédito - setor privado	5	87.830	103.443
(-) Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	5.a e 6	(12.560)	(13.539)
Outros créditos		12.840	13.830
Diversos	7	12.840	13.830
Outros valores e bens	8	5.282	4.253
Outros valores e bens		5.282	4.253
NÃO CIRCULANTE		73.768	80.062
Instrumentos financeiros		50.742	59.912
Operações de crédito		50.742	59.912
Operações de crédito - Setor privado	5	59.209	68.935
(-) Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	5.a e 6	(8.467)	(9.023)
Ativos fiscais correntes e diferidos		18.704	19.493
PERMANENTE		4.322	657
Imobilizado de uso		467	476
Outras imobilizações de uso		3.924	3.856
(-) Depreciações acumuladas		(3.457)	(3.380)
Intangível		3.855	181
Ativos intangíveis	9	6.221	2.395
(-) Amortizações acumuladas		(2.366)	(2.214)
TOTAL DO ATIVO		248.498	282.290

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

	Nota	<u>30.06.2026</u>	<u>31.12.2025</u>
<u>PASSIVO</u>			
CIRCULANTE		35.420	41.340
Depósitos e demais instrumentos financeiros		30.278	36.271
Depósitos a prazo	10	5.372	4.163
Acionistas domiciliados no País		5.372	4.163
Recursos de aceites cambiais	10	24.906	32.108
Recursos de aceites cambiais		24.906	32.108
Outras obrigações	11	5.142	5.069
Fiscais e previdenciárias		1.357	721
Provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	12	390	387
Credores diversos - País		3.395	3.961
NÃO CIRCULANTE		177.144	203.780
Depósitos e demais instrumentos financeiros		177.144	203.780
Depósitos a prazo	10	75.617	115.787
Acionistas domiciliados no país		75.617	115.787
Recursos de aceites cambiais	10	101.527	87.993
Recursos de aceites cambiais		101.527	87.993
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	14	35.934	37.170
Capital social	14.a/b	64.200	64.200
De domiciliado no país		64.200	64.200
Reservas de lucros		2.059	2.059
(Prejuízos) acumulados		(30.325)	(29.089)
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		248.498	282.290

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

	<u>Nota</u> <u>explicativa</u>	<u>1ºSem/2026</u>	<u>1ºSem/2025</u>
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		32.904	40.246
Operações de crédito	5.d	27.529	32.061
Resultado de aplicações interfinanceiras e títulos e valores mobiliários	4	5.375	8.185
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		(16.075)	(18.727)
Operações de captação no mercado	10	(16.075)	(18.727)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		16.829	21.519
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	6	(5.878)	(7.373)
OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS		(11.654)	(15.337)
Receitas de prestações de serviços	15.a	1.693	193
Receitas de cessão de crédito	15.b	5.821	-
Despesas de pessoal	15.c	(3.839)	(4.111)
Outras despesas administrativas	15.d	(12.289)	(7.488)
Despesas tributárias	15.e	(1.202)	(1.075)
Outras receitas operacionais	15.f	110	17
Outras despesas operacionais	15.g	(1.948)	(2.873)
RESULTADO OPERACIONAL		(703)	(1.191)
RESULTADO NÃO OPERACIONAL		256	590
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO		(447)	(601)
Imposto de renda - corrente	13	-	(506)
Imposto de renda - diferido	13	(890)	4.976
Contribuição social - corrente	13	-	(311)
Contribuição social - diferido	13	101	2.986
(PREJUÍZO)/LUCRO DO SEMESTRE		(1.236)	6.544
Número de ações (por lote de mil ações)	14.a	4.280	4.280
Lucro líquido do semestre por ação - R\$		(0,29)	1,53

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2026 E DE 2025
(Em milhares de Reais - R\$)

	<u>1ºSem/2026</u>	<u>1ºSem/2025</u>
(PREJUÍZO)/LUCRO DO SEMESTRE	<u>(1.236)</u>	<u>6.544</u>
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
Resultado abrangente do semestre	<u>(1.236)</u>	<u>6.544</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2026 E DE 2025
(Em milhares de Reais - R\$)

	<u>Nota explicativa</u>	<u>Capital social</u>	<u>Reservas de lucros Legal</u>	<u>Lucros/(Prejuízos) acumulados</u>	<u>Total</u>
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024		64.200	2.059	(36.204)	30.055
Adoção da Resolução CMN nº 4.966/21 (Líquido de efeitos fiscais)	2.c	-	-	1.764	1.764
Lucro líquido do semestre		-	-	6.544	6.544
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2025		64.200	2.059	(27.896)	38.363
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025		64.200	2.059	(29.089)	37.170
(Prejuízo) do semestre		-	-	(1.236)	(1.236)
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2026		64.200	2.059	(30.325)	35.934

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

	Nota explicativa	1ºSem/2026	1ºSem/2025
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Lucro líquido/(prejuízo) do semestre		(1.236)	6.544
Ajustes ao lucro líquido/(prejuízo) do semestre		6.900	285
Depreciação e amortização	9 e 15.d	230	156
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	6	5.878	7.373
Provisão para IRPJ e CSLL corrente e diferido	13	789	(7.145)
Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	12	3	(99)
(Prejuízo)/lucro líquido do semestre ajustado		5.664	6.829
Variação nos ativos e passivos		(5.115)	(6.528)
(Redução) de operações de crédito		17.926	6.749
(Redução) aumento de títulos e valores mobiliários		13.358	(21.751)
(Aumento) de outros créditos		(2.811)	(5.625)
(Aumento) de outros valores e bens		(1.029)	(735)
(Redução) aumento de depósitos a prazo		(38.961)	7.803
(Aumento) de recursos de aceites cambiais		6.332	6.388
Aumento de obrigações fiscais e previdenciárias		636	58
(Aumento) redução de outras obrigações		(497)	1.919
Impostos de renda e contribuição social pagos		(69)	(1.334)
Caixa líquido (consumido)/gerado pelas atividades operacionais		549	301
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Aquisição de imobilizado de uso		(68)	(5)
Aquisição de intangível		(26)	(45)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		(94)	(50)
AUMENTO LÍQUIDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		455	251
No início do semestre	3.d	596	616
No fim do semestre	3.d	1.051	867
AUMENTO LÍQUIDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		455	251

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Para o semestre findo em 30 de junho de 2026

(Em milhares de reais - R\$)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Finamax S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento ("Sociedade"), constituída em 1994, com sede na Rua Rangel Pestana, 681 – CEP 13.201-000 – Centro, na cidade de Jundiaí-SP, opera como sociedade de crédito, financiamento e investimento, de acordo com a autorização do Banco Central do Brasil - BACEN em 9 de janeiro de 1995 e tem por objetivo a prática de todas as operações de crédito, financiamento e investimentos permitidas pelas leis e regulamentações aplicáveis à espécie e administradora de cartão.

2. BASE DE ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

a) Apresentação

As demonstrações financeiras são elaboradas e apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BACEN, que contemplam as disposições contidas na legislação societária e com os critérios estabelecidos pelo Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF, do BACEN. As Demonstrações Financeiras são apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Sociedade.

As demonstrações financeiras da Sociedade foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, observando as diretrizes contábeis emanadas pela Lei nº 6.404/76, alterações introduzidas pela Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09 em consonância com as diretrizes estabelecidas pelo BACEN, CMN, consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF e os pronunciamentos, orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC aprovados pelo BACEN.

Em 12 de agosto de 2020, o Bacen emitiu a Resolução BCB nº 2, que consolida os critérios para elaboração e divulgação das demonstrações financeiras. O objetivo principal dessa norma é trazer similaridade com as diretrizes de apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as normas internacionais de contabilidade, International Financial Reporting Standards (IFRS).

As normas abaixo, aplicáveis a Sociedade, entraram em vigor em 1º de janeiro de 2025:

- **Resolução CMN nº 4.966/21 e Resolução BCB nº 352/23**

A Sociedade implementou as novas regras a partir de 1º de janeiro de 2025, em conformidade com a Resolução CMN nº 4.966/21, que estabeleceu o novo padrão contábil para instrumentos financeiros, alinhado às normas internacionais de contabilidade, disciplinando classificação, mensuração, perdas esperadas de crédito, operações de hedge e respectivas divulgações. A Resolução BCB nº 352/23 complementa esse normativo, estendendo sua aplicação às demais entidades supervisionadas pelo Banco Central do Brasil e detalhando critérios de reconhecimento, mensuração e evidência contábil.

Abaixo os principais pontos da nova norma:

Novos requisitos de classificação e mensuração dos instrumentos financeiros: não houve impacto significativo na Sociedade. Os instrumentos anteriormente mensurados pelo custo amortizado como operações de crédito, depósitos a prazo e recursos de aceites cambiais, bem como os instrumentos anteriormente mensurados pelo valor justo como títulos e valores mobiliários, continuam a ser classificados e mensurados dessa forma.

Diferimento de receitas e despesas diretamente vinculáveis às operações de crédito: passaram a ser diferidas de forma linear conforme o prazo da operação. O diferimento assim como o reconhecimento de juros é interrompido quando o ativo é considerado problemático.

Novo Stop Accrual: o novo modelo define o *stop accrual* quando o atraso da operação for superior a 90 (noventa) dias de atraso ou, quando o ativo for considerado como problemático.

Perdas Esperadas e Perdas Incorridas: para o cálculo da provisão das perdas, a Sociedade adotou a metodologia simplificada regulamentada pela Resolução BCB nº 352/23, considerando a distribuição das operações por tipo de carteira (C2, C3, C4 e C5), os dias em atraso, a classificação ou não como ativo problemático além do arrasto para operações de crédito da mesma contraparte.

A adoção inicial resultou em ajustes diretamente no patrimônio líquido em 1º de janeiro de 2025. Os efeitos na adoção do novo modelo de perdas foram de R\$ 1.764 líquidos dos efeitos tributários, conforme apresentados a seguir:

Redução da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	2.291
Redução do ativo fiscal diferido	(566)
Reconhecimento de renda adicional referente ao novo stop accrual	<u>39</u>
Efeito líquido	<u>1.764</u>

- **Lei nº 14.467/22**

Dispõe sobre o tratamento tributário aplicável às perdas incorridas no recebimento de créditos decorrentes das atividades das instituições financeiras e das demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

De acordo com a referida Lei, as perdas incorridas partir de 1º de janeiro de 2025 decorrentes de operações inadimplidas podem ser deduzidas, na determinação do lucro real, da base de cálculo do IRPJ e da CSLL. As perdas apuradas em 1º de janeiro de 2025 referentes a créditos inadimplidos em 31 de dezembro de 2024 que não tenham sido deduzidas, poderão ser excluídas da base de cálculo do IRPJ e da CSLL à razão de 1/84 ou 1/120 a partir de 1º de janeiro de 2026.

- **Resolução CMN nº 4.975/21**

Dispõe sobre os critérios contábeis aplicáveis às operações de arrendamento mercantil pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Nas demonstrações financeiras referentes a 30 de junho de 2026, não foram reconhecidos ativos de direito de uso ou passivos de arrendamento, pois, de acordo com a Resolução CMN nº 4.975/2021, a aplicação dos requisitos de reconhecimento e mensuração do CPC 06 é facultativa para contratos celebrados antes da vigência da norma, iniciada em 1º de janeiro de 2025.

Dessa forma, os contratos de aluguel existentes antes dessa data permanecem contabilizados conforme as práticas anteriores, não gerando efeitos nas demonstrações financeiras do exercício.

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade de suas operações.

As demonstrações financeiras foram autorizadas para emissão pela diretoria da Sociedade em 17 de setembro de 2026.

b) Processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade ("IFRS")

Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade ("IFRS"), o Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC emitiu pronunciamentos relacionados ao processo de convergência contábil internacional, aprovados pela CVM, porém nem todos homologados pelo BACEN. Desta forma, a Finamax, na elaboração das Demonstrações Financeiras, adotou os seguintes pronunciamentos já homologados pelo BACEN:

Pronunciamentos emitidos pelo CPC	Resolução CMN
CPC 00 (R2) - Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro	4.924/21
CPC 01 (R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos	4.924/21
CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa	4.818/20
CPC 04 (R1) - Ativo Intangível	4.534/16
CPC 05 (R1) - Divulgação sobre Partes Relacionadas	4.818/20
CPC 06 (R2) - Arrendamentos	4.975/21
CPC 10 (R1) - Pagamento Baseado em Ações	3.989/11
CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro	4.924/21
CPC 24 - Evento Subsequente	4.818/20
CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes	3.823/09
CPC 27 - Ativo Imobilizado	4.535/16
CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados	4.877/20
CPC 41 - Resultado por Ação	4.818/20
CPC 46 - Mensuração do Valor Justo	4.924/21
CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente	4.924/21

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Receitas e despesas

As receitas e despesas de natureza financeira são apropriadas observando-se o critério *pro rata temporis*, com base no método exponencial. As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor final, e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são apresentadas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As operações com taxas pós-fixadas são atualizadas até a data do balanço.

b) Estimativas contábeis

A elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a administração se utilize de premissas e julgamentos na determinação do valor e registro de estimativas contábeis, como provisões para créditos de liquidação duvidosa, avaliação a valor justo dos instrumentos financeiros, bens não de uso, realização de créditos tributários, divulgações sobre contingências passivas e as respectivas receitas e despesas atreladas aos mesmos nos períodos demonstrados. A liquidação dessas transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Sociedade revisa as estimativas e as premissas mensalmente.

c) Caixa e equivalentes de caixa

São representadas por disponibilidades em moeda nacional que incluem caixa e contas correntes em bancos, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor, classificadas como equivalentes de caixa.

	<u>30.06.2026</u>	<u>31.12.2025</u>
Caixa e equivalentes de caixa	<u>1.051</u>	<u>596</u>
Depósitos bancários	1.047	596
Reservas Livres	4	-

d) Instrumentos Financeiros

• Aplicações Interfinanceiras de liquidez

Representadas por depósitos interfinanceiros, registrados ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos até a data do balanço, deduzido, quando aplicável, de provisão para desvalorização;

• Títulos e valores mobiliários

Os Títulos e Valores Mobiliários da Instituição são reconhecidos e mensurados de acordo com os critérios estabelecidos pela Resolução CMN nº 4.966. Em conformidade com essa norma, os instrumentos financeiros são classificados pelo seu valor justo, com base nas informações disponíveis no mercado e nas metodologias de precificação aplicáveis.

A mensuração pelo valor justo reflete as condições de mercado na data-base das demonstrações financeiras, garantindo maior transparência e relevância aos usuários das informações contábeis.

A composição das aplicações interfinanceiras de liquidez e de títulos e valores mobiliários está apresentada na nota explicativa nº 4.

- Operações de crédito

As operações de crédito da Instituição são reconhecidas e mensuradas de acordo com os critérios estabelecidos pela Resolução CMN nº 4.966. Em conformidade com essa norma, os instrumentos financeiros são classificados pelo seu custo amortizado, uma vez que, após a aplicação do teste de SPPJ (Somente Pagamentos de Principal e Juros), constatou-se que os fluxos de caixa desses instrumentos financeiros são compostos exclusivamente por pagamentos de principal e juros sobre o principal.

- e) Operações de crédito e provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

A carteira de crédito inclui as operações de crédito e outros créditos com características de concessão de crédito. É demonstrada pelo seu valor presente, considerando os indexadores, taxa de juros e encargos pactuados, calculados *“pro rata die”* até a data do balanço. Para operações vencidas a partir de 90 dias, ou caracterizadas com problema de recuperação de crédito, o reconhecimento em receitas só ocorrerá quando do seu efetivo recebimento, conforme determina o art. 17, da Resolução BCB nº 352/23.

As provisões para operações de crédito são apuradas com base na metodologia simplificada, incluindo critérios de arrasto por contraparte, conforme estabelecido pelas Resoluções CMN nº 4.966/21 e BCB nº 352/23.

São observados os níveis de provisão estabelecidos nos Anexos I e II e art. 78 da Resolução BCB nº 352/23, sem prejuízo da responsabilidade da sociedade pela constituição de provisão em montantes suficientes para fazer face à totalidade da perda esperada na realização desses ativos. Os níveis de provisão desses ativos corresponderão ao valor resultante da aplicação dos percentuais definidos pela norma, observados os dias de atraso e outras características definidas sobre o valor contábil bruto do ativo.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível de provisão e no mesmo estágio em que estavam classificadas.

Conforme estudo elaborado pela sociedade, as provisões mínimas estabelecidas pela Resolução nº 352/23 fazem face à totalidade da perda esperada na realização desses ativos.

A composição das operações de crédito e das provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito está apresentada nas notas explicativas nº 5 e nº 6, respectivamente.

- f) Outros valores e bens – Ativos não financeiros mantidos para venda e Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros.

Outros valores e bens referem-se, principalmente, a bens não de uso próprio, compostos por veículos recebidos em dação de pagamento.

A partir de 01.01.2021, os bens não de uso próprio foram reclassificados para ativos não financeiros mantidos para venda, conforme Resolução CMN nº 4.747/2019.

São reconhecidos inicialmente nas adequadas rubricas contábeis, conforme o prazo esperado de venda, na data do seu recebimento pela Sociedade, sendo avaliados pelo menor valor entre:

- (i) o valor contábil bruto da respectiva operação de crédito de difícil ou duvidosa solução; e
- (ii) o valor justo do bem, avaliado conforme regulamentação específica, líquido de despesas de venda.

A eventual diferença entre o valor contábil do respectivo instrumento financeiro de difícil ou duvidosa solução, líquido de provisões, e o valor justo é reconhecida no resultado do período em que ocorrer a retomada do bem.

Os ativos não financeiros são testados para verificar se sofreram desvalorização, no mínimo anualmente ou sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável.

Havendo indicação de desvalorização, a Sociedade estima o valor recuperável do ativo, que é o maior valor entre o seu valor justo, menos os custos para vendê-lo, e o seu valor em uso.

g) Ativos e passivos circulantes e não circulantes

Os ativos são reconhecidos pelos valores de realização, incluindo os rendimentos auferidos e provisões necessariamente constituídas. Os passivos são demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos incorridos.

h) Imobilizado de uso e intangível

Os imobilizados de uso e os intangíveis são demonstrados ao custo de aquisição. A depreciação e a amortização são calculadas pelo método linear com base em taxas que levam em consideração a vida útil econômica dos bens. O intangível pela aquisição e desenvolvimento de sistemas informatizados, sendo amortizados à alíquota de 20% ao ano. O imobilizado de uso é composto por móveis e equipamentos de uso e equipamentos de comunicação, depreciados a alíquota de 10% ao ano, e veículos e computadores, depreciados a alíquota de 20% ao ano.

Os ativos não financeiros são revisados em bases anuais para verificar se há alguma indicação de que possam ter sofrido desvalorização, sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Até 30 de junho de 2026, não teve nenhum ativo permanente com indícios de perda em seu valor recuperável.

i) Provisão para imposto de renda e contribuição social corrente

O imposto de renda, a contribuição social e o imposto sobre serviços são calculados sobre bases tributáveis e alíquotas, segundo a legislação pertinente a cada um desses encargos, sendo elas 25% para o IRPJ, 5% para ISS e 15% para a CSLL até março de 2026 e 17,5% a partir de abril de 2026 conforme estabelecido na LC 224/25.

O cálculo do imposto de renda e da contribuição social está apresentado na nota explicativa nº 11.

j) Ativos Fiscais Diferidos

Os ativos fiscais diferidos (créditos tributários) são constituídos pela aplicação das alíquotas vigentes dos tributos sobre suas respectivas bases. Para constituição, manutenção e baixa dos ativos fiscais diferidos, são observados os critérios estabelecidos pela Resolução CMN nº 4.842/2020, suportados por estudo de capacidade de realização, vigente a partir de 01.01.2021.

A composição dos ativos fiscais diferidos está apresentada na nota explicativa nº 11.

k) Depósitos e demais instrumentos financeiros

Os depósitos e captações no mercado aberto são demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram, quando aplicável, os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base *pro rata die*. O resultado correspondente é registrado em despesas com operações de captação no mercado.

A composição dos depósitos e demais instrumentos financeiros está apresentada na nota explicativa nº 8.

l) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos contingentes, obrigações legais (fiscais e previdenciárias) e provisão para risco são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução CMN nº 3.823/09 do Conselho Monetário Nacional, que aprovou o Pronunciamento Técnico nº 25, emitido pelo CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis, sendo os principais critérios:

Ativos contingentes: não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos;

Passivos contingentes: classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são divulgados em notas explicativas, os classificados como prováveis são provisionados e divulgados em nota explicativas, enquanto aqueles classificados como perdas remotas não são passíveis de provisão ou divulgação;

Provisões: referem-se a valores reconhecidos quando há expectativa da obrigação presente e que possa ser feita uma estimativa confiável do valor da obrigação a ser liquidada; e

Obrigações legais (fiscais e previdenciárias): referem-se as demandas administrativas ou judiciais onde estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos e contribuições. Os montantes discutidos são integralmente registrados nas demonstrações financeiras, independentemente à classificação do risco, e atualizadas de acordo com a legislação vigente.

A composição dos passivos fiscais contingentes está apresentada na nota explicativa nº 10.

m) Lucro por ação

O lucro por ação é calculado com base em critérios e procedimentos estabelecidos no Pronunciamento Técnico CPC 41 - Resultado por Ação, considerando o que for aplicável às instituições financeiras, conforme determina a Resolução CMN nº 4.818/20.

O lucro por ação diluído não difere do lucro por ação básico, pois não há ações com potencial efeito diluidor.

n) Resultado não recorrente

Conforme Resolução BCB nº 2 de 12 de agosto de 2020, entende-se como resultado não recorrente, aquele que:

I – não esteja relacionado ou esteja relacionado incidentalmente com as atividades típicas da instituição; e

II – não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros.

Considerando a definição acima, a Sociedade não registrou resultados não recorrentes no semestre findo em 30 de junho de 2026.

o) Eventos subsequentes

A Sociedade adota procedimentos para identificação e avaliação de eventos subsequentes em conformidade com o CPC 24. Após o encerramento do exercício, são analisados fatos ocorridos até a data de aprovação das demonstrações financeiras, a fim de identificar eventos que exijam ajustes ou apenas divulgação.

Quando existentes, os eventos subsequentes serão apresentados na nota explicativa nº 20.

4. APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ E TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

A Sociedade mantém aplicações em Letras Financeiras do Tesouro, classificadas e mensuradas de acordo com seu modelo de negócios e características contratuais dos fluxos de caixa, conforme a regulamentação vigente.

A Sociedade também mantém títulos de capitalização registrados no ativo, vinculados como garantia do contrato de aluguel do imóvel onde desenvolve suas atividades. A classificação contábil e a mensuração seguem as práticas previstas na regulamentação aplicável, sendo os valores atualizados conforme as condições contratadas.

<u>Tipo de aplicação</u>	<u>Saldo em</u> <u>30.06.2026</u>	<u>Saldo em</u> <u>31.12.2025</u>
Títulos e valores mobiliários		
Letras financeiras do Tesouro	80.119	93.401
Fundos de renda fixa	54	127
Títulos Dados em Garantia – Outros*	<u>114</u>	<u>117</u>
Total aplicado	<u>80.287</u>	<u>93.645</u>

As Letras Financeiras do Tesouro são remuneradas a 101,42% do CDI.

As receitas com juros das aplicações interfinanceiras de liquidez e títulos e valores mobiliários estão apresentadas a seguir:

<u>Tipo de aplicação</u>	<u>1º semestre/26</u>	<u>1º semestre/25</u>
Fundos de renda fixa	118	170
Letras Financeiras do Tesouro	5.252	8.009
Títulos Dados em Garantia - Outros	<u>5</u>	<u>6</u>
Total de receitas	<u>5.375</u>	<u>8.185</u>

A composição da carteira por tipo de aplicação e vencimento está demonstrada abaixo:

Dias para vencimento	30.06.2026					31.12.2025	
	Sem Vencimento	De 181 a 360	Acima de 360	Valor de custo	Valor Contábil	Valor de custo	Valor contábil
Letras Financeiras do Tesouro (*)	-	16.443	63.676	75.652	80.119	84.653	93.401
Cotas de fundos de investimentos	54	-	-	54	54	126	127
Títulos de capitalização	-	114	-	112	114	110	117

(*) As aplicações em Letras Financeiras do Tesouro possuem alta liquidez e/ou prazo de liquidação em D0.

5. OPERAÇÕES DE CRÉDITO

A composição da carteira de crédito da Sociedade, em 30 de junho de 2026, está demonstrada a seguir por tipo de operações, nível de risco, vencimentos e ramo de atividade:

a) Por tipo de operações

	<u>30.06.2026</u>	<u>31.12.2025</u>
Empréstimos e títulos descontados	25.704	36.029
Financiamentos	<u>121.335</u>	<u>136.349</u>
	147.039	172.378
(-) Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito (nota nº 6)	<u>(21.027)</u>	<u>(22.562)</u>
Saldo líquido da carteira	<u>126.012</u>	<u>149.816</u>
Circulante	87.830	103.443
Não Circulante	<u>59.209</u>	<u>68.935</u>
Saldo da carteira	<u>147.039</u>	<u>172.378</u>

A redução do saldo da carteira de operações de crédito em 30 de junho de 2026, em comparação com 31 de dezembro de 2025, decorre, principalmente, das cessões de operações de crédito realizadas pela Sociedade no período.

b) Por tipo de cliente

	<u>30.06.2026</u>	<u>31.12.2025</u>
Pessoa física	146.607	171.438
Indústria	133	542
Comércio	148	238
Serviços	<u>151</u>	<u>160</u>
Saldo da carteira	<u>147.039</u>	<u>172.378</u>

c) Por faixa de vencimento

	<u>30.06.2026</u>	<u>31.12.2025</u>
Vencidas	19.240	20.960
A vencer até 90 dias	21.226	26.124
De 91 a 360 dias	47.364	56.360
Acima de 360 dias	<u>59.209</u>	<u>68.934</u>
Saldo da carteira	<u>147.039</u>	<u>172.378</u>

d) Composição das rendas

	<u>1º semestre/26</u>	<u>1º semestre/25</u>
Empréstimos	6.158	8.752
Financiamentos	19.771	21.534
Recuperação de Crédito	<u>1.600</u>	<u>1.775</u>
Total	<u>27.529</u>	<u>32.061</u>

Não há concentração relevante de crédito liberado a um mesmo cliente. Em 30 de junho de 2026, o saldo do maior devedor é de R\$ 216.

Não há avais e fianças concedidos pela Sociedade em 30 de junho de 2026.

6. PROVISÕES PARA PERDAS ESPERADAS ASSOCIADAS AO RISCO DE CRÉDITO

As provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito foram constituídas de acordo com os critérios da Resolução CMN nº 4.966/21 e Resolução BCB nº 352/23, após análise da administração:

	1º semestre/26	1º semestre/25
Saldo Inicial	22.562	13.907
Constituição/(Reversão) líquida	5.878	7.373
Baixa para prejuízo	(7.413)	(61)
Saldo Final	21.027	21.219

Faixa de Atraso	Saldo da Carteira	Perda Incorrida	Perda Adicional
CARTEIRA C2	139.493	13.306	4.358
NÃO PROBLEMÁTICOS	113.231	-	2.559
DE 0 A 14 DIAS DE ATRASO	93.907	-	1.315
DE 15 A 30 DIAS DE ATRASO	9.082	-	318
DE 31 A 60 DIAS DE ATRASO	7.410	-	445
DE 61 A 90 DIAS DE ATRASO	2.832	-	481
PROBLEMÁTICOS ADIMPLIDOS	3.041	-	1.016
DE 0 A 90 DIAS DE ATRASO	3.041	-	1.016
PROBLEMÁTICOS INADIMPLIDOS	23.221	13.306	783
INAD. - PERÍODO MENOR QUE UM MÊS	2.542	763	86
INAD. - IGUAL/MAIOR 1-MENOR QUE 2	2.391	798	81
INAD. - IGUAL/MAIOR 2-MENOR QUE 3	1.189	438	40
INAD. - IGUAL/MAIOR 3-MENOR QUE 4	1.652	664	56
INAD. - IGUAL/MAIOR 4-MENOR QUE 5	1.066	465	36
INAD. - IGUAL/MAIOR 5-MENOR QUE 6	1.236	582	42
INAD. - IGUAL/MAIOR 6-MENOR QUE 7	987	497	34
INAD. - IGUAL/MAIOR 7-MENOR QUE 8	991	533	34
INAD. - IGUAL/MAIOR 8-MENOR QUE 9	715	409	24
INAD. - IGUAL/MAIOR 9-MENOR QUE 10	733	444	25
INAD. - IGUAL/MAIOR 10-MENOR QUE 11	1.202	769	41
INAD. - IGUAL/MAIOR 11-MENOR QUE 12	607	409	21
INAD. - IGUAL/MAIOR 12-MENOR QUE 13	847	599	29
INAD. - IGUAL/MAIOR 13-MENOR QUE 14	1.135	842	39
INAD. - IGUAL/MAIOR 14-MENOR QUE 15	1.070	830	36
INAD. - IGUAL/MAIOR 15-MENOR QUE 16	1.101	892	37
INAD. - IGUAL/MAIOR 16-MENOR QUE 17	998	842	34
INAD. - IGUAL/MAIOR 17-MENOR QUE 18	950	834	32
INAD. - IGUAL/MAIOR 18-MENOR QUE 19	821	748	28
INAD. - IGUAL/MAIOR 19-MENOR QUE 20	593	561	20
INAD. - IGUAL/MAIOR 20-MENOR QUE 21	395	387	8
CARTEIRA C3	335	231	35
NÃO PROBLEMÁTICOS	83	-	18
DE 0 A 14 DIAS DE ATRASO	28	-	1
DE 31 A 60 DIAS DE ATRASO	6	-	1
DE 61 A 90 DIAS DE ATRASO	49	-	16
PROBLEMÁTICOS ADIMPLIDOS	12	-	6
DE 0 A 90 DIAS DE ATRASO	12	-	6
PROBLEMÁTICOS INADIMPLIDOS	240	231	11
INAD. - PERÍODO MENOR QUE UM MÊS	14	47	4
INAD. - IGUAL/MAIOR 5-MENOR QUE 6	33	21	1
INAD. - IGUAL/MAIOR 6-MENOR QUE 7	50	34	2

INAD. - IGUAL/MAIOR 8-MENOR QUE 9	1	1	-
INAD. - IGUAL/MAIOR 11-MENOR QUE 12	75	64	3
INAD. - IGUAL/MAIOR 12-MENOR QUE 13	5	4	-
INAD. - IGUAL/MAIOR 14-MENOR QUE 15	46	44	1
INAD. - IGUAL/MAIOR 16-MENOR QUE 17	16	16	-
CARTEIRA C4	97	11	4
NÃO PROBLEMÁTICOS	78	-	3
DE 0 A 14 DIAS DE ATRASO	60	-	1
DE 31 A 60 DIAS DE ATRASO	18	-	2
PROBLEMÁTICOS INADIMPLIDOS	19	11	1
INAD. - IGUAL/MAIOR 5-MENOR QUE 6	19	11	1
CARTEIRA C5	7.114	2.785	297
NÃO PROBLEMÁTICOS	3.417	-	160
DE 0 A 14 DIAS DE ATRASO	2.956	-	56
DE 15 A 30 DIAS DE ATRASO	144	-	11
DE 31 A 60 DIAS DE ATRASO	119	-	18
DE 61 A 90 DIAS DE ATRASO	198	-	75
PROBLEMÁTICOS ADIMPLIDOS	25	-	13
DE 0 A 90 DIAS DE ATRASO	25	-	13
PROBLEMÁTICOS INADIMPLIDOS	3.672	2.785	124
INAD. - PERÍODO MENOR QUE UM MÊS	146	73	6
INAD. - IGUAL/MAIOR 1-MENOR QUE 2	191	102	7
INAD. - IGUAL/MAIOR 2-MENOR QUE 3	180	102	6
INAD. - IGUAL/MAIOR 3-MENOR QUE 4	232	140	8
INAD. - IGUAL/MAIOR 4-MENOR QUE 5	235	149	8
INAD. - IGUAL/MAIOR 5-MENOR QUE 6	251	168	9
INAD. - IGUAL/MAIOR 6-MENOR QUE 7	320	225	11
INAD. - IGUAL/MAIOR 7-MENOR QUE 8	281	207	10
INAD. - IGUAL/MAIOR 8-MENOR QUE 9	232	179	8
INAD. - IGUAL/MAIOR 9-MENOR QUE 10	218	176	7
INAD. - IGUAL/MAIOR 10-MENOR QUE 11	232	195	8
INAD. - IGUAL/MAIOR 11-MENOR QUE 12	273	239	9
INAD. - IGUAL/MAIOR 12-MENOR QUE 13	278	253	9
INAD. - IGUAL/MAIOR 13-MENOR QUE 14	345	325	12
INAD. - IGUAL/MAIOR 14-MENOR QUE 15	258	252	6
TOTAL GERAL	147.039	16.333	4.694

7. OUTROS CRÉDITOS – DIVERSOS

A composição está demonstrada a seguir:

	<u>30.06.2026</u>	<u>31.12.2025</u>
Adiantamentos ao FGC	1.387	-
Antecipações e adiantamentos salariais	1	1
Adiantamentos a fornecedores (i)	10.495	12.833
Devedores por depósitos em garantia	137	229
Impostos e Contribuições a compensar	612	548
Devedores diversos - País	208	219
Total	12.840	13.830

- (i) Durante o primeiro semestre de 2026, o montante de R\$ 3.800 registrado anteriormente como adiantamento a fornecedores foi utilizado na aquisição de software, sendo o valor reclassificado para o ativo intangível, não tendo essa operação gerado efeito de caixa no período.

8. OUTROS VALORES E BENS

O saldo é composto principalmente por Bens Não de Uso Próprio (BNDU), registrados em decorrência de bens recebidos pela instituição em operações de recuperação de créditos, além de despesas a apropriar.

A movimentação dos BNDU no período é apresentada a seguir:

Saldo em 31.12.2025	<u>4.030</u>
Apreensões	4.829
Vendas/Devoluções	<u>(3.803)</u>
Saldo em 30.06.2026	<u>5.056</u>

A composição da rubrica outros valores e bens segue demonstrada abaixo:

	<u>30.06.2026</u>	<u>31.12.2025</u>
Bens Não de Uso Próprio – BNDU	5.056	4.030
Despesas a apropriar	<u>226</u>	<u>223</u>
Total outros valores e bens	5.282	4.253

9. ATIVO INTANGÍVEL

Em 30 de junho de 2026, a Sociedade reconheceu no ativo intangível o montante de R\$ 3.800, anteriormente registrado como adiantamentos relacionados à aquisição e desenvolvimento da Plataforma Veículo. A reclassificação decorreu da conclusão e entrega da plataforma, que se encontra disponível para uso e em operação na Sociedade, atendendo aos critérios para reconhecimento como ativo intangível. O ativo é composto pelos custos diretamente atribuíveis à aquisição e implementação da plataforma e será amortizado de acordo com sua vida útil estimada, a partir da data em que se tornou disponível para uso.

Para determinação da vida útil do ativo, a Sociedade considerou o período estimado de geração de benefícios econômicos decorrentes da utilização da plataforma, tendo em vista as características do sistema e as condições estabelecidas contratualmente. O contrato prevê exclusividade na cessão dos direitos de utilização do sistema pelo prazo de 60 meses, durante o qual o fornecedor se compromete a não fornecer o sistema a outros clientes. Com base nessa avaliação, a Sociedade estimou a vida útil econômica do ativo em 60 meses.

O ativo é amortizado pelo método linear, à taxa de 20% ao ano, tendo a amortização sido iniciada em junho de 2026, quando a plataforma foi concluída, disponibilizada para uso e reconhecida no ativo intangível.

	<u>30.06.2026</u>	<u>31.12.2025</u>
Ativo intangível	6.221	2.395
Amortização acumulada	<u>(2.366)</u>	<u>(2.214)</u>
Valor líquido	3.855	181

10. DEPÓSITOS E DEMAIS INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Estão demonstrados pelo saldo dos valores captados, atualizados até 30 de junho de 2026 e por prazo de vencimento:

Vencimento em Dias	até 90 dias	de 91 a 360 dias	mais de 360 dias	Saldo em 30.06.2026	Saldo em 31.12.2025
Depósitos a prazo	8	5.364	75.617	80.989	119.950
Recursos de aceites cambiais	6.835	18.071	101.527	126.433	120.101

As carteiras de captação de depósito a prazo e de letras de recursos cambiais, possuem remuneração média de 106% do CDI e 101% do CDI, respectivamente. Os saldos com partes relacionadas, estão demonstrados na nota 17.a.

As despesas com captação no mercado estão apresentadas a seguir:

	<u>1º semestre/26</u>	<u>1º semestre/25</u>
Depósito a prazo	7.695	9.724
Recursos de aceites cambiais	8.243	8.829
Despesa com registro - Fundo Garantidor de Crédito	<u>137</u>	<u>174</u>
Total	<u>16.075</u>	<u>18.727</u>

11. OUTRAS OBRIGAÇÕES

O saldo de outras obrigações está composto por:

	<u>30.06.2026</u>	<u>31.12.2025</u>
Pis/COFINS	240	208
Impostos sobre serviços	975	322
Encargos trabalhistas	<u>142</u>	<u>191</u>
Total fiscais e previdenciárias	<u>1.357</u>	<u>721</u>
Pagamentos a processar	829	845
Fornecedores	1.380	1.423
Provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas (nota 10)	390	387
Valores a devolver a clientes	-	19
Despesas de pessoal	1.070	1.555
Outros	<u>116</u>	<u>119</u>
Total credores diversos	<u>3.785</u>	<u>4.348</u>
Total outras obrigações	<u>5.142</u>	<u>5.069</u>

12. PROVISÃO PARA RISCOS FISCAIS, CÍVEIS E TRABALHISTAS E PASSIVOS CONTINGENTES

A Sociedade é parte em processos judiciais e administrativos de natureza cível e tributária, decorrentes do curso normal de suas atividades, sendo também parte em processos de natureza trabalhista.

As provisões foram constituídas com base na natureza, complexidade e histórico das ações e na avaliação de êxito da empresa com base nas opiniões da Administração e dos assessores jurídicos. A Sociedade tem por política provisionar integralmente o valor das ações cuja avaliação é de perda provável, registrada na conta de outras obrigações, no montante de R\$ 251 em 30 de junho de 2026 referente à processos de natureza cível e R\$ 139 para processos de natureza trabalhista. Não há processos de natureza tributária com classificação de perda provável em 30 de junho de 2026.

Os processos de natureza cível com classificação de perda possível totalizam R\$ 2.286 em 30 de junho de 2026. Os processos de natureza trabalhista com classificação de perda possível totalizam R\$ 1.426 em 30 de junho de 2026. Não há processos de natureza tributária com classificação de perda possível em 30 de junho de 2026.

Os processos judiciais de natureza cível consistem, principalmente, em ações de clientes pleiteando indenização por danos materiais e morais relativos a produtos e serviços bancários, devolução de valores pagos em razão de revisão de cláusulas contratuais de encargos financeiros, bem como revisão de taxa juros.

As movimentações dos saldos estão demonstradas abaixo:

	Processos Classificados como Provável	Processos Classificados como Possível
Saldo em 31 de dezembro de 2025	<u>387</u>	<u>3.087</u>
Provisão/(Baixa Processos)	3	625
Saldo em 30 de junho de 2026	<u>390</u>	<u>3.712</u>

13. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES

Imposto de Renda e Contribuição Social

Abaixo demonstramos a reconciliação do cálculo do Imposto de Renda e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido:

	<u>1º semestre/26</u>	<u>1º semestre/25</u>
Resultado antes da tributação sobre o lucro	(447)	(601)
Adições	<u>8.175</u>	<u>2.882</u>
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	45	1.500
Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	141	113
Outras Adições	7.989	1.269
Exclusões	<u>(8.917)</u>	<u>(207)</u>
Reversão de provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	(5.971)	-
Dedução Art. 6º Lei 14.467 – 1/120	(1.142)	-
Reversão de provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	(111)	(14)
Outras Exclusões	(1.693)	(193)
Resultado Antes dos Impostos	<u>(1.189)</u>	<u>(2.704)</u>
IR/CSLL – Correntes	-	(817)
IR/CSLL – Diferidos	(789)	7.962

A partir de 2021, devido a edição da Resolução 4.842 de 30 de julho de 2020, a Administração adotou o reconhecimento dos créditos tributários das diferenças temporárias provenientes das provisões para perdas com crédito de liquidação duvidosa.

Abaixo a composição dos valores:

<u>Créditos Tributários – PCLD</u>	<u>IRPJ</u>	<u>CSLL</u>	<u>30.06.2026</u>	<u>31.12.2025</u>
Base de Cálculo	25.408	25.408	25.408	28.966
Alíquota	<u>25%</u>	<u>17,5%</u>	<u>40%</u>	<u>40%</u>
TOTAL	6.352	4.446	10.798	11.587

O estudo técnico elaborado demonstra a capacidade da Sociedade em gerar lucros tributáveis suficientes para compensar os créditos tributários existentes. A expectativa de realização dos créditos tributários no semestre findo em 30 de junho de 2026 segue abaixo demonstrada:

	2026	2027	2028	2029	2030	2031	2032	2033	2034	2035
Saldo Inicial	10.798	9.447	9.571	8.925	7.955	6.946	6.001	5.106	4.218	3.317
(+) Majoração alíquota CSLL (jan/27)	-	556	-	-	-	-	-	-	-	-
(+/-) Constituição/Reversão de PDD	5.544	592	477	646	(137)	(54)	324	443	434	407
(-) Utilização/Reversão	(6.430)	(39)	(138)	(631)	113	94	(234)	(346)	(350)	(314)
(-) Dedução 1/120 - Res. 4.966/21	(465)	(985)	(985)	(985)	(985)	(985)	(985)	(985)	(985)	(985)
Saldo Final	9.447	9.571	8.925	7.955	6.946	6.001	5.106	4.218	3.317	2.425

O valor presente dos créditos tributários em 30 de junho de 2026 é de 6.252 (valor calculado de acordo com a meta da Selic de 14,25%, em vigor em 30 de junho de 2026).

Em junho de 2025 a sociedade reconheceu o valor de R\$ 8.204 referente à créditos tributários sobre prejuízo fiscal de Imposto de Renda da Pessoa Jurídica e base negativa de Contribuição Social sobre o Lucro Líquido. A expectativa de realização dos créditos tributários no semestre findo em 30 de junho de 2026 segue abaixo demonstrada:

	2026	2027	2028	2029	2030	2031	2032	2033	2034	2035
Saldo Inicial	7.755	7.611	7.611	7.122	6.433	5.592	4.594	3.320	1.768	341
(-) Compensação de Prejuízos Fiscais	(144)	-	(489)	(689)	(841)	(998)	(1.275)	(1.552)	(1.427)	(341)
Saldo Final	7.611	7.611	7.122	6.433	5.592	4.594	3.320	1.768	341	-

O valor presente dos créditos tributários sobre prejuízo fiscal e base negativa em 30 de junho de 2026 é de R\$ 3.482 (valor calculado de acordo com a meta da Selic de 14,25%, em vigor em 30 de junho de 2026).

A Sociedade optou por não reconhecer os créditos tributários oriundos das provisões de contingências, composto por ações judiciais classificadas com risco provável de perda, conforme nota explicativa nº 10. O valor não reconhecido é de R\$ 166 em 30 de junho de 2026. A opção de não reconhecimento desses créditos, se dá devido à dificuldade de mensuração da data de realização do crédito, visto que dependem de sentenças judiciais, que podem ser contestadas.

a) Reforma Tributária sobre o Consumo

Em 20 de dezembro de 2023, foi promulgada a Emenda Constitucional nº 132, que estabeleceu uma ampla reformulação do sistema de tributação sobre o consumo no Brasil, com a criação do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) e da Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), em substituição gradual aos tributos atualmente vigentes.

A regulamentação da Reforma Tributária sobre o Consumo foi estabelecida, principalmente, pela Lei Complementar nº 214/2025, posteriormente alterada pela Lei Complementar nº 227/2026, e pelo Decreto nº 12.955/2026, que disciplinou, entre outros aspectos, as regras aplicáveis aos serviços financeiros.

A Administração vem acompanhando a regulamentação e o processo de implementação da Reforma Tributária, bem como avaliando os aspectos tributários, operacionais e tecnológicos relacionados à sua aplicação às atividades da Sociedade. Atualmente, encontram-se em andamento iniciativas voltadas à adequação dos sistemas e processos internos, incluindo reuniões com fornecedores para avaliação e contratação de solução tecnológica destinada ao atendimento das obrigações acessórias aplicáveis, incluindo a Declaração de Regimes Específicos (DeRE), bem como o mapeamento das contas contábeis e das operações da Sociedade para avaliação dos impactos decorrentes da nova sistemática de tributação.

Até a data de elaboração destas demonstrações financeiras, o processo de implementação e avaliação dos impactos da Reforma Tributária encontra-se em andamento. Em razão da complexidade da transição e da evolução da regulamentação e dos procedimentos operacionais, a Administração continuará acompanhando o tema e avaliando seus potenciais impactos sobre as operações, processos, sistemas e demonstrações financeiras da Sociedade.

14. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

O capital social no valor de R\$ 64.200 é representado por 4.280 ações ordinárias sem valor nominal, totalmente subscrito e integralizado na data do balanço, por acionistas domiciliados no país.

b) Reserva Legal

A Reserva Legal é constituída à razão de 5% sobre o lucro líquido, antes de qualquer destinação, até o limite de 20% do capital social, de acordo com o art. 193 da lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976.

c) Reservas de Lucros – Outras

Após a destinação dos dividendos, inclusive sob a forma de juros sobre o capital próprio, e a constituição de reserva legal, o saldo, se houver, será destinado à conta de “Reservas de Lucros - Outras”, para destinação futura a ser definida pela Assembleia Geral.

d) Distribuição de dividendos

Não houve distribuição de dividendos nos semestres findos em 30 de junho de 2026 e de 2025 em decorrência dos prejuízos acumulados.

e) Juros sobre o capital próprio

Nos semestres findos em 30 de junho de 2026 e de 2025, a Sociedade não constituiu provisão para juros sobre o capital próprio.

15. RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS

a) Receitas de prestações de serviços

	<u>1º semestre/26</u>	<u>1º semestre/25</u>
Tarifa de cadastro	1.648	157
Outras	<u>45</u>	<u>36</u>
Total	<u>1.693</u>	<u>193</u>

b) Receitas de cessão de crédito

No semestre findo em 30 de junho de 2026, a Sociedade realizou cessões de operações de empréstimos e financiamentos, tendo como veículo adquirente Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC). As operações foram realizadas sem coobrigação da Sociedade e sem retenção substancial de riscos e benefícios relacionados aos créditos cedidos. Em decorrência das cessões, os respectivos ativos financeiros foram baixados da carteira de operações de crédito, sendo reconhecida no resultado a receita decorrente das operações de cessão, conforme demonstrado abaixo:

	<u>1º semestre/26</u>	<u>1º semestre/25</u>
Operações de crédito	5.821	-
Total	<u>5.821</u>	<u>=</u>

c) Despesas de pessoal

	<u>1º semestre/26</u>	<u>1º semestre/25</u>
Ordenados e salários	2.448	2.641
Encargos sociais	812	847
Benefícios	578	622
Treinamentos	<u>1</u>	<u>1</u>
Total	<u>3.839</u>	<u>4.111</u>

d) Outras despesas administrativas

	<u>1º semestre/26</u>	<u>1º semestre/25</u>
Serviços do sistema financeiro	4.516	621
Serviços de terceiros	1.862	1.135
Serviços de processamento de dados	2.466	2.540
Despesas de transportes	1.194	1.264
Despesas de comunicação	99	249
Despesa de depreciação	78	75
Despesa de amortização	152	81
Despesas de aluguéis	302	340
Despesas de emolumentos judiciais e cartorários	977	919
Outras despesas administrativas	97	45
Custos de transação - Instrumentos financeiros	354	-
Outras	<u>192</u>	<u>219</u>
Total	<u>12.289</u>	<u>7.488</u>

e) Despesas Tributárias

	<u>1º semestre/26</u>	<u>1º semestre/25</u>
COFINS	945	870
PIS	154	142
ISS	<u>103</u>	<u>63</u>
Total	<u>1.202</u>	<u>1.075</u>

f) Outras Receitas Operacionais

	<u>1º semestre/26</u>	<u>1º semestre/25</u>
Reversão de provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	110	15
Outros	-	<u>2</u>
Total	<u>110</u>	<u>17</u>

g) Outras Despesas Operacionais

	<u>1º semestre/26</u>	<u>1º semestre/25</u>
Despesas financeiras	153	552
Descontos concedidos	1.654	2.208
Outros	<u>141</u>	<u>113</u>
Total	<u>1.948</u>	<u>2.873</u>

16. VALOR JUSTO DOS INSTRUMENTOS FINANCEIROS

a) Determinação do valor justo e hierarquia do valor justo

A Finamax utiliza a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros:

- Nível 1: preços cotados em mercado ativo para o mesmo instrumento;

- Nível 2: preços cotados em mercado ativo para ativos ou passivos similares ou baseado em outro método de valorização, principalmente o método de “Fluxo de caixa descontado”, nos quais todos os inputs significativos são baseados em dados observáveis do mercado; e
- Nível 3: técnicas de valorização nas quais os inputs significativos não são baseados em dados observáveis do mercado.

O quadro a seguir apresenta uma análise dos instrumentos financeiros registrados ao valor justo por nível de hierarquia:

	30.06.2026		31.12.2025	
	Nível 1	Nível 2	Nível 1	Nível 2
Ativos				
Cotas de fundos de investimentos	54	-	127	-
Letras Financeiras do Tesouro	80.119	-	93.401	-
Títulos de capitalização	-	114	-	117
Passivos				
Depósitos a prazo	-	80.989	-	119.950
Recursos de aceites cambiais	-	126.433	-	120.101

17. GERENCIAMENTO DE RISCO

A Sociedade, atendendo às disposições da Resolução nº 4.557 e alterações subsequentes do Banco Central do Brasil, possui estrutura de gerenciamento de riscos compatível com seu porte e natureza de suas operações, e está capacitada a identificar, avaliar, monitorar, controlar e mitigar os riscos relevantes a que está sujeita, sendo os principais riscos:

a) Risco de crédito

O Gerenciamento de Risco de Crédito, prevê a possibilidade de ocorrência de perdas devido ao não recebimento de contrapartes ou de credores de valores contratados. O gerenciamento de risco de crédito é realizado com base na Política de Risco da Sociedade, aprovada pela diretoria, tem o propósito de estabelecer estratégias, rotinas e procedimentos direcionados à mensuração e mitigação de exposição ao risco de crédito, à prevenção e redução da inadimplência e manutenção da boa qualidade do crédito em todas as operações em que a Sociedade atua.

b) Risco de mercado

O Gerenciamento de Risco de Mercado, prevê a possibilidade de ocorrências de perdas resultantes da flutuação nos valores e taxas de mercado, contemplando a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a exposição a risco da Sociedade. O processo de gerenciamento e controle do risco de mercado na Sociedade é regido pela Política de Risco, aprovada pela Administração, e segue os parâmetros definidos na RAS para o período de avaliação;

c) Risco operacional

O Gerenciamento de Risco Operacional, prevê que sejam identificados os principais riscos operacionais de cada uma das unidades das Áreas Comerciais e Administrativas; identificado o risco, o mesmo é avaliado em função da probabilidade e impacto de sua ocorrência, para que, posteriormente, ações de controle e/ou mitigação fossem determinadas com base nas presentes análises.

d) Risco de liquidez

O Gerenciamento de Risco de Liquidez, prevê o descasamento de fluxos financeiros de ativos e passivos, com reflexos sobre a capacidade financeira da Sociedade, em honrar seus compromissos. A Gestão do Risco de Liquidez da Sociedade é regida pela Política de Risco, aprovada pela diretoria, onde são estabelecidos os limites para os Índices de disponibilidade sendo o monitoramento e avaliação do fluxo de caixa da Sociedade realizado pela Administração.

e) Gerenciamento de Capital

Prevê a avaliação e a adequação do Patrimônio de Referência (PR) para fazer face aos riscos assumidos nas operações e a necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos da Sociedade. A estrutura responsável pelo gerenciamento de capital da Sociedade é adequada ao porte e à complexidade de suas operações.

18. PARTES RELACIONADAS

- a) A carteira de captação via depósito a prazo, com saldo de R\$ 80.989 em 30 de junho de 2026, é composta, exclusivamente, por captações junto aos acionistas. Da carteira de Letras Cambiais, o saldo de R\$ 33.968, em 30 de junho de 2026, é composto por aplicações de partes relacionadas. Abaixo, seguem demonstradas as despesas de captação de partes relacionadas:

	<u>1º semestre/26</u>	<u>1º semestre/25</u>
Letras cambiais	2.361	3.514
Depósitos a prazo	<u>7.695</u>	<u>9.724</u>
Total	10.056	13.238

- b) Despesas com partes relacionadas estão assim compostas:

	<u>1º semestre/26</u>	<u>1º semestre/25</u>
Oliva Participações (*)	<u>117</u>	<u>118</u>
Total	<u>117</u>	<u>118</u>

(*) A Oliva Participações, controlada por acionistas da Sociedade, é proprietária do imóvel onde se encontra instalada uma de suas filiais, sendo o valor registrado referente à locação desse imóvel.

Remuneração do pessoal-chave da administração:

No semestre findo em 30 de junho de 2026, não houve pagamento de remuneração variável e os benefícios proporcionados na forma de remuneração fixa, conforme as responsabilidades de seus administradores estavam assim compostos:

	<u>1º semestre/26</u>	<u>1º semestre/25</u>
Remuneração	608	572
Encargos sociais	<u>208</u>	<u>196</u>
Total	<u>816</u>	<u>768</u>

A Sociedade não proporciona benefícios de curto e longo prazo, de rescisão de contrato de trabalho, remuneração baseada em ações ou remunerações variáveis para o pessoal-chave da Administração.

Conforme legislação em vigor, não foram concedidos financiamentos, empréstimos ou adiantamentos para diretores e respectivos cônjuges e parentes até o 2º grau.

19. LIMITES OPERACIONAIS

As instituições financeiras estão obrigadas a manter um Patrimônio de Referência compatível com os riscos de suas atividades. A partir de dezembro de 2019, a instituição fez a opção pelo enquadramento no grupo de instituições da segmentação S5, calculando seu risco de Basileia de acordo com o modelo simplificado, de acordo com os modelos e padrões definidos pelo Banco Central do Brasil. Abaixo demonstramos os valores:

	<u>30.06.2026</u>	<u>31.12.2025</u>
Patrimônio de Referência Simplificado (PRS5)	24.172	29.067
RWARCSIMP - Risco de Crédito	20.909	24.304
RWAROSIMP - Risco Operacional	<u>2.673</u>	<u>2.823</u>
Patrimônio Mínimo Requerido	23.582	27.124
 Ativos Ponderados por Risco (RWA)	 138.718	 159.555
 Patrimônio Requerido para o RWA	 23.582	 27.124
 Índice de Basileia	 17,43%	 18,22%

O índice de requerimento fixado pela Resolução CMN 4.606 de 19 de outubro de 2017 é de 17%.

20. HONORÁRIOS DOS AUDITORES INDEPENDENTES

A instituição contratou seus auditores independentes exclusivamente para a prestação de serviços de auditoria das demonstrações financeiras relativas ao semestre findo em 30 de junho de 2026, em atendimento às disposições regulamentares aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Os honorários incorridos no período referem-se integralmente aos serviços de auditoria independente das demonstrações financeiras, não tendo sido contratados, no semestre, serviços adicionais de qualquer natureza junto aos auditores independentes.

A Administração declara que a contratação dos auditores independentes está em conformidade com as normas que tratam da independência do auditor, não havendo quaisquer situações que possam afetar a objetividade e a independência na execução dos trabalhos.

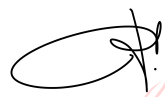
21. EVENTOS SUBSEQUENTES

Não existem eventos subsequentes para o semestre findo em 30 de junho de 2026.



Assinado de forma digital por
MARCIO
PIZZOLATO:09180058841
Dados: 2026.09.18 16:29:09
-03'00'

Márcio Pizzolato
Diretor Vice-Presidente



Assinado de forma digital por
f24d039f-5b29-4835-8f05-60
98c6b994a6
Dados: 2026.09.18 16:39:18
-03'00'

Viviane Graciela Jarra Girardo
Diretora Presidente



Gabriela Giseli da Silva
Contadora | CRC nº 1SP341186/O-1